

PARECER Nº 73/2017

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 24/2017

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

RELATOR: VEREADOR CLEUBER MICHIRRA

RELATÓRIO

De autoria do Prefeito, o Projeto de Lei nº 24/2017, que *“dispõe sobre a inclusão no símbolo de vencimento “CC3”, para o cargo em comissão de Assistente Judiciário, constantes da Lei Municipal nº 1.138/2006, alterada pela lei nº 1.227/2009”*, foi aprovado na forma do Substitutivo nº 1.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 227 do novo Regimento Interno.

Em síntese, o relatório.

FUNDAMENTAÇÃO

Conforme mencionado acima, o projeto em exame foi aprovado na forma do Substitutivo nº 1, em cujo texto houve apenas uma alteração no sentido de citar o “termo” vencimento com inicial minúscula.

Sendo assim, passa-se à conclusão.

CONCLUSÃO

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a redação final a seguir redigida, que está de acordo com o aprovado.

Sala das Comissões, 21 de dezembro de 2017.

Vereador CLEUBER MICHIRRA
Relator

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 24, DE 2017

Altera a Lei nº 1.138, de 20 de dezembro de 2006, que “cria o Serviço de Assistência Judiciária do Município de Arinos e dá outras providências”, alterada pela Lei nº 1.227, de 13 de abril de 2009.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ARINOS, Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 85, inciso IV, da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal de Arinos decreta e ele, em seu nome, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Os artigos 6º e 8º da Lei nº 1.138, de 20 de dezembro de 2006, passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 6º. Ficam criados, no Serviço de Assistência Judiciária, 02 (dois) cargos de Assistente Judiciário, de provimento em comissão e vencimento correspondente ao símbolo CC-3, estabelecido pela Lei nº 1.103, de 30 de dezembro de 2005.

.....” (NR)

“Art. 8º
.....

V - atender aos cidadãos, na forma do art. 5º desta Lei, em local e horário definidos pela Secretária Municipal de Desenvolvimento Social.” (NR)

Art.2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 21 de dezembro de 2017.

Vereador CLEUBER MICHIRRA
Relator